



Published under the following license [Atribuição-Não-Comercial-Compartilhamento](#). Fonte: <https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/1362>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Referência

VILLAR, Ingrid Pontes et al. Desigualdades sócio-raciais da COVID-19 retratadas por cartografia em Maceió, Alagoas, Brazil. **Concilium**, [S. l.], v. 23, n. 10, p. 336-354, 2023. DOI: <https://doi.org/10.53660/CLM-1362-23F35>. Disponível em: <https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/1362>. Acesso em: 26 jan. 2024.

Racial social inequalities in the mapping of COVID-19 in Maceió, Alagoas, Brazil.

Desigualdades sócio-raciais da COVID-19 retratadas por cartografia em Maceió, Alagoas, Brazil

Received: 2023-15-04 | Accepted: 2023-20-05 | Published: 2023-31-05

Ingrid Pontes Villar

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6159-6598>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: ingridpontesvillar@gmail.com

Erondina Azevedo de Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9503-9607>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: erondinaazevedo@unb.br

Abner Luis Calixter

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6408-9708>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: calixter@brandeis.edu

Marta Adriana Bustos Romero

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4222-8463>

Universidade de Brasília, Brasil

E-mail: romero@unb.br

ABSTRACT

Although the coronavirus has generated global impacts, the COVID-19 pandemic has disproportionately affected black populations in Maceió-AL, Brazil. A such negative impact is caused by the perpetuation of structural racism that maintains Afro descendants excluded from political, socioeconomic, and geographic spaces, conditioning them to a state of socioeconomic vulnerability. This paper seeks to shed light on the worsening of socio-racial inequalities caused by the COVID-19 pandemic in northeastern the city of Maceió. Therefore, epidemiological data from COVID-19 and socioeconomic and census information were retrieved, calculated, analyzed, and spatialized using the QGIS software. The disease's mortality and lethality are accentuated in mostly black neighborhoods that lack infrastructure and basic public services, pointing to the need of developing broader and racially just public policies that are able to overcome historical socio-racial injustices and mitigate future pandemic negative scenarios falling over the shoulders of the same disfranchised communities.

Keywords: COVID-19; Inequality; Racism; Cartography.

RESUMO

Embora o coronavírus tenha gerado impactos globais, a pandemia da COVID-19 tem afetado desproporcionalmente populações negras em Maceió-AL. Esse fato é ocasionado pela reprodução do racismo estrutural que faz com que afrodescendentes permaneçam, em sua maioria, excluídos de espaços políticos, socioeconômicos e geográficos, condicionando-os a um estado de vulnerabilidade socioeconômica. O trabalho procura contribuir com o estudo do agravamento das desigualdades sócio-raciais pela pandemia da COVID-19, tendo o espaço intraurbano de Maceió como área de pesquisa. Para tanto, foram levantados, calculados, analisados e espacializados dados epidemiológicos da COVID-19 e informações socioeconômicas e censitárias, através do software QGIS. A mortalidade e a letalidade da doença são acentuadas em bairros majoritariamente negros e carentes de infraestruturas e serviços básicos, apontando para a necessidade de desenvolver políticas públicas que superem injustiças sócio-raciais históricas e que mitiguem futuros cenários pandêmicos.

Palavras-chave: COVID-19; Desigualdade; Racismo; Cartografia

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, assim como outras emergências bélicas, alimentícias e sanitárias, atuou de forma discriminatória, acentuando as vulnerabilidades pré-existentes, principalmente de minorias raciais que convivem diariamente com problemas relacionados à discriminação, exploração, submissão, marginalização e segregação (SANTOS, 2020) e falta ou insuficiência de políticas públicas que mitiguem seu risco de contágio e morte. (NEIDERUD, 2015; BURSTRÖM; TAO, 2020; BRAGA et al., 2020; AHLERT et al., 2021)

Blundell et al. (2020, p.298-313) apontam que a piora da vulnerabilidade socioeconômica de minorias sociais, a partir da pandemia da COVID-19, está relacionada ao crescimento do desemprego, menor geração de renda familiar, maior risco de exposição ao vírus pela impossibilidade de trabalho remoto, uso de transportes públicos superlotados, falta de equipamentos de proteção e higiene pessoal, impedimento de deixar crianças em creches; impossibilidade de acesso ou dificuldade de desenvolvimento de atividades educacionais, e agravamento de comorbidades pré-existentes.

Ademais, estudos de Millet et al. (2020), Kim e Bostwick (2020), Braga et al. (2020) e Rede Nossa São Paulo (2021) apontam que os impactos gerados pelo SARS-CoV-2 são desproporcionais quando analisados sob as perspectivas de renda, idade e raça. Essas pesquisas demonstram que os negros apresentam as maiores taxas de mortalidade pela doença, estando relacionadas às precárias condições socioeconômicas e à falta de acesso a infraestruturas e serviços básicos.

No Brasil, tais condições precárias vivenciadas pela população negra advêm de um longo processo histórico, social e político, que resultou na hierarquização da estrutura da sociedade, pautada na marginalização sistemática de minorias raciais (ALMDEIDA, 2018). De acordo com Almeida (2018), essa prática de discriminação racial sistêmica, conceituada como racismo estrutural, ultrapassa relações individuais e institucionais, de modo a regrar a própria estratificação da sociedade, que passa a garantir privilégios de determinadas raças em detrimento de outras, segregando e excluindo afrodescendentes de espaços geográficos, socioculturais, econômicos e políticos.

Para Paula (2016, p.66-74), o Estado brasileiro, a fim de alcançar um ideal civilizatório racista e eurocêntrico de nação, pautado no embranquecimento da cultura, dos espaços públicos e até mesmo da população, passou a ser responsável pelo processo de marginalização socioeconômica dos negros. Esse posicionamento ratifica a continuidade do aniquilamento e do extermínio de afrodescendentes pelo próprio Estado, através da aprovação e efetivação de um conjunto de políticas públicas que obstaculizam a manutenção da vida do grupo que ocupa a base da pirâmide social brasileira – negros pobres – constituindo o que Mbembe (2016) conceitua como necropolítica. Esta, durante a COVID-19, ficou escancarada pelo desamparo e pela

insuficiência de ações nas esferas da saúde, mobilidade, educação, assistência social e nas práticas de remoção e despejo de cunho higienista de indivíduos indesejados, que impossibilitaram a principal recomendação de organizações internacionais para prevenir o contágio do vírus: isolamento social. (AHLERT et al., 2021)

Para Melo (2010), tal panorama nacional também foi reproduzido em Maceió-AL – objeto de estudo deste trabalho. Segundo Paula (2019, p. 53), áreas preteridas pelo mercado imobiliário estão localizadas nos bairros que se situam próximos aos limites urbanos, que são contíguos à lagoa mundaú e que englobam complexos de grotas e encostas localizadas em áreas centrais. Esses territórios são majoritariamente ocupados por afrodescendentes e, em comparação com outras regiões citadinas, apresentam menor rendimento familiar, informalidade fundiária, precariedade habitacional, insuficiência de infraestruturas viárias (calçadas e pavimentação), de espaços de lazer e de serviços de esgotamento sanitário, abastecimento hídrico, coleta de lixo e transporte público, apontando para uma segregação socioespacial da população negra maceioense. (PAULA, 2019, p. 47-93)

Até o dia 31 de maio de 2021, haviam sido registrados 78.936 casos e 2.446 óbitos pela COVID-19 em Maceió (MACEIÓ, 2021a). Os dados fornecidos pela Secretaria de Saúde apontavam para uma taxa de mortalidade cinco vezes maior de negros (62,4%) do que de brancos (12%). Além disso, o boletim epidemiológico nº 247/2021 indicava uma distribuição heterogênea da doença no território, pelas discrepâncias das ocorrências entre diferentes distritos sanitários (MACEIÓ, 2021a). Contudo, a análise por distritos pode homogeneizar distintas realidades epidemiológicas e socioeconômicas encontradas nos bairros integrantes de tais unidades territoriais-operacionais de saúde.

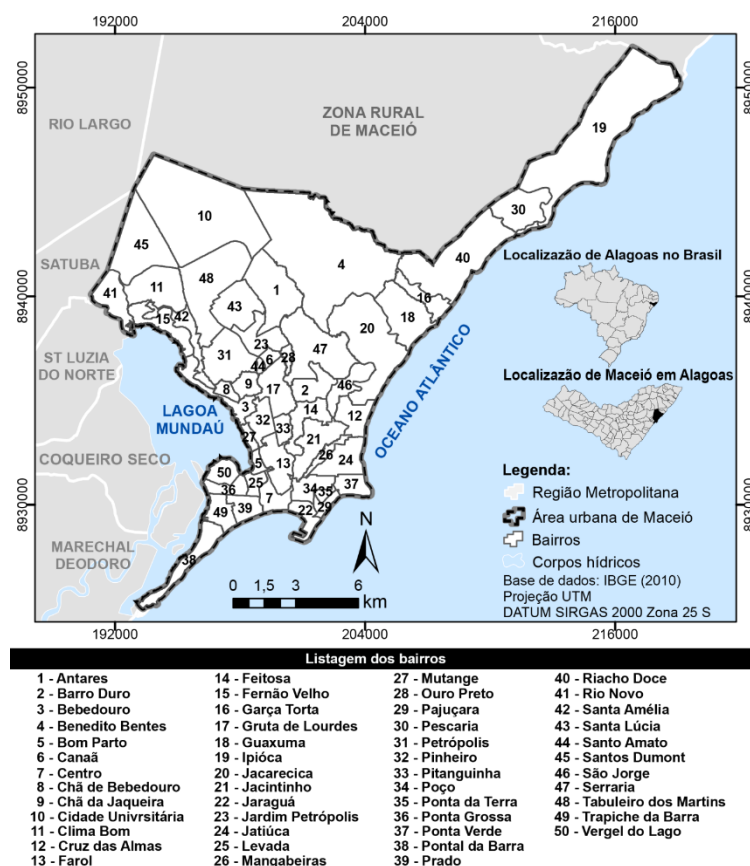
Dessa forma, considerando a distribuição heterogênea da COVID-19 no espaço intraurbano maceioense, a sobremortalidade da população negra pela doença (MACEIÓ, 2021a) e o fato de que os territórios de pobreza são ocupados majoritariamente por afrodescendentes em situação de segregação socioespacial e vulnerabilidade socioeconômica (MELO, 2010; PAULA, 2019; ONU-HABITAT, 2019), fez-se necessário investigar se tais circunstâncias estariam inter-relacionadas e se o SARS-CoV-2 passou a agravar ainda mais as desigualdades sócio-raciais existentes.

Logo, o presente trabalho tem como objetivo geral contribuir para o estudo do agravamento das desigualdades sócio-raciais pela pandemia da COVID-19, tendo o espaço intraurbano de Maceió como área de pesquisa – pormenorizando-o por bairros – e contando com o recorte temporal de incidência da doença de seu início até o dia 31 de maio de 2021. Além disso, também objetiva: analisar a espacialização dos óbitos do SARS-CoV-2 na cidade; identificar as desigualdades socioespaciais e raciais pré-existentes à pandemia; e apontar políticas públicas de combate às injustiças sócio-raciais.

1. Materiais e Métodos

O município de Maceió é capital do estado de Alagoas e situa-se na região nordeste do Brasil. O espaço municipal intraurbano apresenta 198km² e é dividido em cinquenta bairros, que podem ser visualizados na figura 01. O território é banhado por corpos fluviais, pelo oceano Atlântico e pela lagoa Mundaú e seu relevo se divide em planície litorânea e tabuleiro costeiro, sendo este entremeado por vales, chamados de grotas. (ONU-HABITAT, 2019, p.14).

Figura 1 – Localização e bairros de Maceió-AL.



Fonte: Autores (2021)

A pesquisa foi desenvolvida com base nos efeitos que os perfis socioeconômicos e censitários dos territórios intraurbanos geram na distribuição espacial das mortes pelo SARS-CoV-2, tendo como ponto de partida as análises realizadas por Millet et al. (2020), Kim e Bostwick (2020), Braga et al. (2020) e Rede Nossa São Paulo (2021). Para tanto, as informações demográficas e socioeconômicas e geospaciais dos territórios intraurbanos maceioenses foram obtidas nos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010; 2012;

2018; 2020), do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2018a; 2018b) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015; 2019).

Os dados da COVID-19 foram adquiridos junto à Secretaria Municipal de Saúde de Maceió. Foram considerados para o trabalho 78.343 contágios e 2.312 mortes, devido à inexistência de bairros de residência dos infectados e de datas de notificação (MACEIÓ, 2021b). Ainda que as ocorrências de pessoas em situação de rua não tenham sido especializadas, seus dados serão apresentados ao longo do texto.

Para a obtenção do percentual de população negra residente por bairro em Maceió, a fim de corroborar com a confirmação da segregação socioespacial de populações negras, conforme Paula (2019), Kim e Bostwick (2020) e Braga et al. (2020), foi aplicada a fórmula que pode ser visualizada abaixo (Equação 1), utilizando os dados demográficos do IBGE.

$$Pn = \left\lfloor \frac{Nrn}{Nr} \right\rfloor \times 100 \quad (1)$$

Onde:

Pn= Percentual da população negra do bairro (%)

Nrn= Número de residentes negros do bairro

Nr= Número de residentes do bairro

Para a obtenção da taxa de letalidade da COVID-19 por bairro em Maceió, a fim de corroborar com a indicação de maior grau de severidade dos efeitos do coronavírus em residentes de bairros com menores rendimentos familiares e precários em infraestruturas e serviços urbanos, conforme Braga et al. (2020) e Rede Nossa São Paulo (2021), foi aplicada a fórmula que pode ser visualizada abaixo (Equação 2), utilizando os dados do SARS-CoV-2 da Secretaria Municipal de Saúde.

$$Tl = \left\lfloor \frac{No}{Nc} \right\rfloor \times 100 \quad (2)$$

Onde:

Tl= Taxa de letalidade da COVID-19 do bairro (%)

No= Número de óbitos da COVID-19 do bairro

Nc= Número de contágios da COVID-19 do bairro

Para a obtenção do percentual de óbitos de negros pela COVID-19 por bairro em Maceió, a fim de corroborar com a confirmação da sobremortalidade hegemônica de populações negras em territórios intraurbanos, conforme Millet et al. (2020), Kim e Bostwick (2020), Braga et al. (2020)

e Rede Nossa São Paulo (2021), foi aplicada a fórmula que pode ser visualizada abaixo (Equação 3), utilizando os dados do SARS-CoV-2 da Secretaria Municipal de Saúde.

$$Po = \left| \frac{Non}{No} \right| \times 100 \quad (3)$$

Onde:

Po= Percentual de óbitos de negros da COVID-19 do bairro (%)

Non= Número de óbitos de negros da COVID-19 do bairro

No= Número de óbitos da COVID-19 do bairro

As informações obtidas e calculadas foram estruturadas em uma tabela de dados unificada, vinculadas às poligonais vetoriais dos bairros municipais, para facilitar sua análise e manipulação. As pessoas autodeclaradas pretas e pardas foram agregadas e classificadas como negras, por entender que essa classificação pode evidenciar as históricas injustiças sócio-raciais sofridas pelos afrodescendentes. (BRAGA et al., 2020, p. 2-3).

Por fim, as informações foram especializadas em figuras temáticas, utilizando o software QGIS, versão 3.16.13. Para a confecção das figuras empregou-se o DATUM SIRGAS 2000 UTM Zona 25S e utilizou-se o estilo graduado de representação, exceto a figura 02 (Distribuição da população por raça/cor em bairros de Maceió), que apresentou a simbologia de densidade de pontos (onde um ponto equivale a 700 pessoas).

2. Resultados e Discussões

Segundo o último censo (BRASIL, 2010), Maceió contava com uma população de 932.748 habitantes, dos quais 576.665 eram negros – 62% do total (IBGE, 2012). Apesar de constituir a maior parcela da sociedade maceioense, o grupo encontra-se predominantemente em situação de vulnerabilidade socioeconômica. (IBGE, 2018; DATASUS, 2018a; 2018b; IBGE, 2019; IPEA, 2019)

De acordo com o estudo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil" (IBGE, 2019), em Maceió, o rendimento médio mensal de um trabalhador negro era 53% menor do que o de um branco. A pesquisa também aponta que a desocupação laboral de pessoas afrodescendentes acima de catorze anos era a segunda maior entre as capitais brasileiras, atingindo 19,1% desse grupo. Em Alagoas, outro dado alarmante foi o aumento dos negros entre os 10% mais pobres, subindo de 80,2% para 82%, entre 2012 e 2018.

Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2019), Alagoas, entre 2015 e 2019, foi o estado onde mais se matou negros. No ano de 2019, afrodescendentes tinham 42,8 vezes mais chances

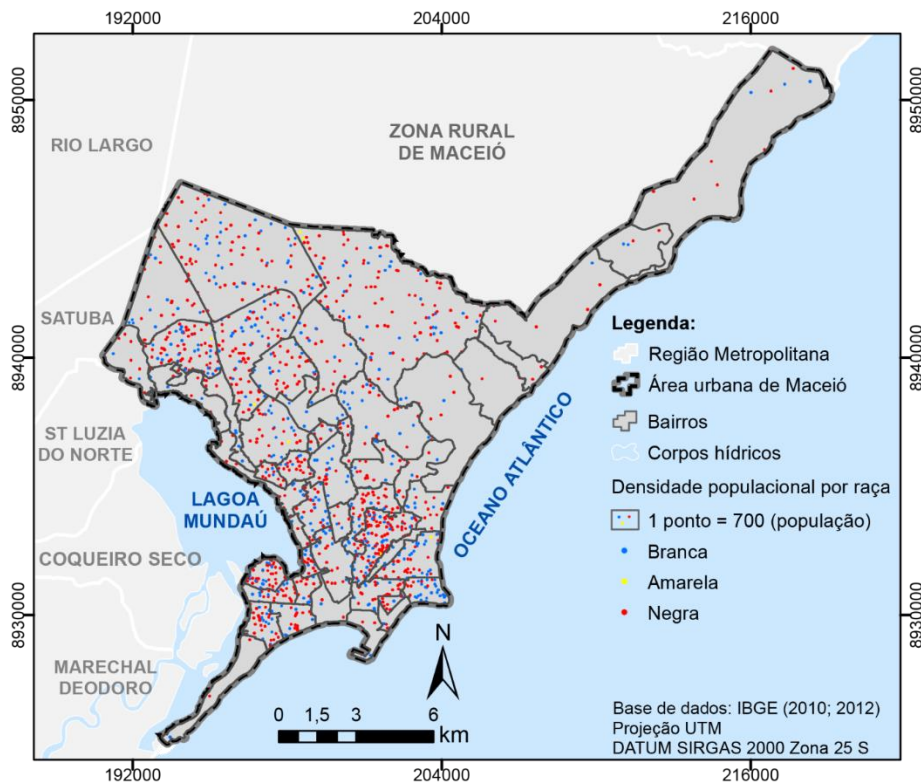
de serem mortos do que outros grupos raciais. Nesse período, a taxa de homicídios de negros por 100 mil habitantes era de 44.08, enquanto a de não negros era de 1.03. Naquele ano, houve apenas nove homicídios de pessoas não negras no estado, contrastando com o total de 1.802 homicídios de afrodescendentes, dos quais 19,5% ocorreram em Maceió (352 casos).

As desigualdades sócio-raciais também são presentes na educação. Em 2018, de acordo com dados do IBGE (2018), a taxa de analfabetismo de pessoas negras acima de 15 anos era de 18.7, superando a de brancos, de 12.5. Para pessoas acima de 60 anos, as taxas de ambos os grupos raciais eram maiores, de 44.0 para pardos e pretos e de 31.8 para brancos.

Em relação à saúde, em Maceió, dados do DATASUS (2018a) apontam que, em 2018, 97% das mães jovens (de até 19 anos) de nascidos vivos foram negras. Além da idade tenra, de acordo com informações do órgão, outro dado preocupante relacionado à maternidade de afrodescendentes foi que do total de pessoas com acesso insuficiente a consultas pré-natais, as mulheres negras constituíram 95,94% deste grupo – pior percentual entre as capitais brasileiras (DATASUS, 2018b).

A situação de vulnerabilidade socioeconômica da população negra maceioense é condicionada e condiciona o meio onde esta se insere, já que o território oportuniza (ou não) estruturas e serviços essenciais para a manutenção das atividades e garantia da qualidade de vida das pessoas (PAULA, 2019, p. 47-93). Como a produção do espaço urbano maceioense é orientada pela lógica mercadológica da terra, o acesso a essas oportunidades cidadinas é convertido em preço de solo urbano, gerando disparidades na distribuição e no perfil socioeconômico dos territórios intraurbanos. (MELO, 2010, p.52-56)

A partir da figura 02, verifica-se que a distribuição populacional de Maceió se dá de modo pouco democrático em aspectos demográficos. Verifica-se que as maiores densidades demográficas se concentram nos bairros de Jacintinho (24.030 hab./km²), Bom Parto (22.924 hab./km²), Vergel do Lago (22.519 hab./km²), Ponta da Terra (19.771 hab./km²) e Ponta Grossa (16.984 hab./km²). Os bairros de Benedito Bentes (88.084 hab.), Jacintinho (86.514 hab.), Cidade Universitária (71.441 hab.), Tabuleiro dos Martins (64.755 hab.) e Clima Bom (55.952 hab.) são os mais populosos. (IBGE, 2012)

Figura 2 – Distribuição da população por raça/cor em bairros de Maceió.

Fonte: Autores (2021)

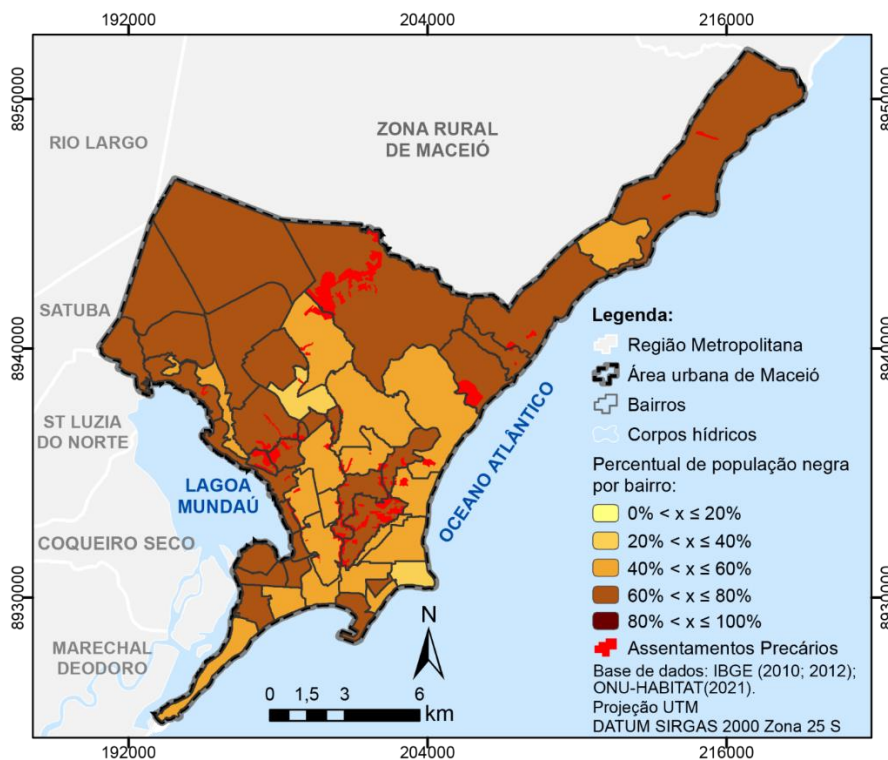
Os bairros onde há maior percentual de pessoas brancas estão localizados na área sudeste e em alguns bairros da região central, a exemplo da Ponta Verde (71%), onde a predominância é mais perceptível devido à maior densidade demográfica, Jardim Petrópolis (64,7%), Gruta de Lourdes (58%) e Jatiúca (53,5%). (IBGE, 2012)

Os negros estão predominantemente localizados em áreas periféricas da cidade – fronteiriças aos limites urbanos, contíguas à lagoa Mundaú e situadas em grotas e encostas na região central. O percentual de residentes afrodescendentes é mais perceptível nos bairros onde há maior densidade demográfica, a exemplo de Jacintinho (68,1%) e Vergel do Lago (68,3%). Contudo, os bairros que detêm as maiores porcentagens populacionais de pretos e pardos são Ipióca (74,6%), Riacho Doce (72,5%), Santo Amaro (72,2%) e Chã de Bebedouro (72%). (IBGE, 2012)

Ainda é possível visualizar na figura 02 a pouca quantidade de pessoas que se declararam amarelas e indígenas. Os bairros que apresentam os maiores contingentes de populações amarelas são o Benedito Bentes (1.085), Cidade Universitária (1.006), Jacintinho (946), Clima Bom (895) e Tabuleiro dos Martins (742), sendo locais de predominância negra. Não é possível visualizar a representação gráfica do grupo dos indígenas na figura 02, visto que nenhum bairro possui um contingente com pelo menos 700 indivíduos de tal autodeclaração racial. (IBGE, 2012)

Para Paula (2019, p. 47-93), pode-se afirmar que em Maceió grande parte da população negra se encontra em situação de segregação socioespacial, em regiões preteridas pelo mercado imobiliário, por serem pouco providas de infraestruturas e serviços. (PAULA, 2019, p. 47-93). A ONU-HABITAT (2019) estima que há pelo menos cem assentamentos precários na cidade, ocupados majoritariamente por negros, que podem ser visualizados na figura 03, onde a segregação racial cidadina torna-se evidente.

Figura 3 – Percentual de negros residentes e localização de assentamentos precários em Maceió.



Fonte: Autores (2021)

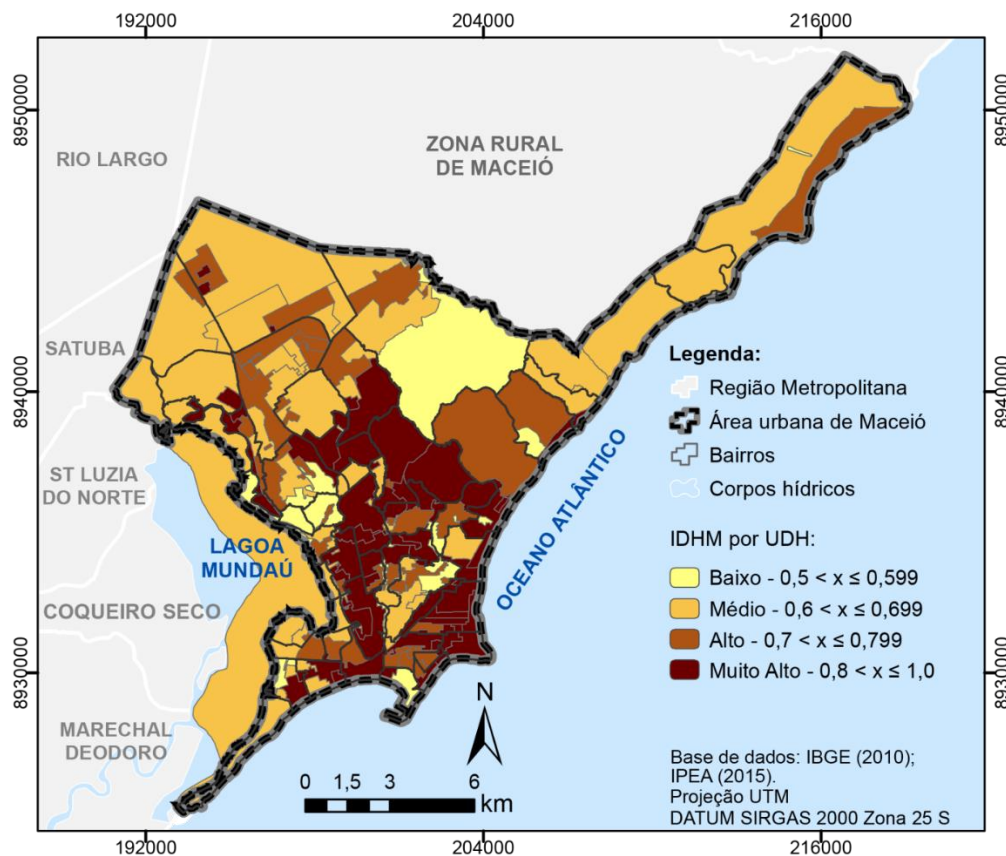
Na figura 03, os bairros majoritariamente negros (com o percentual de residentes afrodescendentes variando de 60% a 80% do total) estão concentrados nas adjacências da região lagunar, nas áreas limítrofes a norte do perímetro urbano (IBGE, 2012) e nas áreas periféricas dos bairros de Jacintinho, Feitosa, São Jorge e Ouro Preto. Estes três apresentam um expressivo complexo de grotas – local desprovido de infraestruturas e de serviços básicos e que abrange um expressivo conjunto de assentamentos precários (ONU-HABITAT, 2019, p.15). As exceções são encontradas em Jaraguá e Ponta da Terra.

Ao comparar o figura 03 com o figura 04 (figuras 3 e 4), verifica-se que os locais que abrigam populações predominantemente negras são os que apresentam os menores indicadores agregados de renda, longevidade e educação. Os piores IDHM são encontrados em Vales do

Benedito (0.52), Princesas (0.57), Jacintinho (0.57) e Alto da Boa Vista (0.57), localizados respectivamente nos bairros de Benedito Bentes, São Jorge, Jacintinho e Guaxuma. Todos os bairros listados possuem percentual populacional hegemônico de residentes afrodescendentes e englobam expressivos conjuntos de assentamentos precários (figura 02). (IBGE, 2012; IPEA, 2015)

Já os maiores indicadores agregados de renda, longevidade e educação são encontrados em territórios majoritariamente brancos e onde a população racial é mais diversificada (são bairros onde o percentual de residentes negros varia entre 40% e 60% do total). Os melhores IDHM são encontrados em Ponta Verde (0.957), Aldebaran (0.957), Pajuçara (0.939) e Jatiúca (0.939), localizados nos bairros de Ponta Verde, Jardim Petrópolis, Pajuçara e Jatiúca. (IPEA, 2015)

Figura 4 – IDHM por UDH em Maceió.



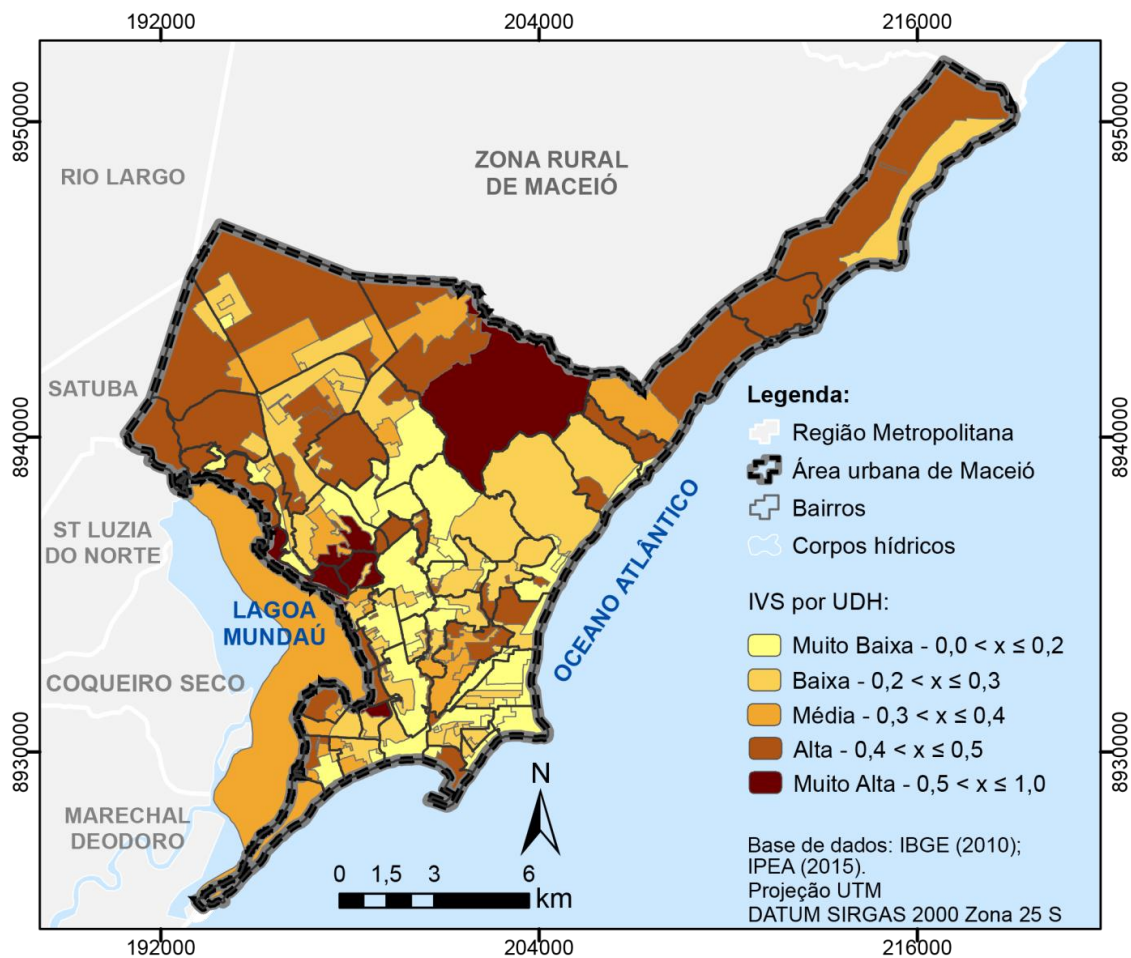
Fonte: Autores (2021)

A relação entre raça, classe social também é enfatizada a partir da comparação entre as figuras 03 e 05. No figura 05, a partir da análise das UDH, é possível verificar a disparidade do Índice de Vulnerabilidade Social ¹(IVS) em diferentes setores citadinos. Observa-se que os locais

¹ Índice sintético que engloba dezesseis indicadores relacionados à infraestrutura urbana (coleta de lixo, água e esgoto inadequados, tempo de deslocamento casa-trabalho), capital humano (mortalidade infantil,

que abrigam populações predominantemente negras são os que apresentam os piores indicadores integrados de infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Os maiores IVS são encontrados em Vales do Benedito (0.61), Bebedouro (0.54) e Vila Olímpica (0.57), localizados respectivamente nos bairros de Benedito Bentes, Bebedouro e Bom Parto. Já os menores IVS estão situados em Aldebaran, Ponta Verde e Jacarecica, pertencentes aos bairros de Jardim Petrópolis, Ponta Verde e Jacarecica, de maioria branca. (IPEA, 2015).

Figura 5 – IVS por UDH em Maceió.



Fonte: Autores (2021)

Em Maceió, os óbitos causados pela COVID-19 se mostraram desproporcionais no território, estando intrinsecamente relacionados às desigualdades sócio-raciais e segregação socioespacial anteriores à pandemia. A partir do tratamento dos dados fornecidos pela Secretaria

analfabetismo, etc); e trabalho (desocupação; trabalho infantil, etc). Sua escala varia de 0 a 1. Quanto maior a medida, piores são as condições existentes no território. (IPEA, 2015)

Municipal de Saúde de Maceió, até 31 de maio de 202, foram observados 2.312 óbitos pelo SARS-CoV-2 com data de notificação e localidade da residência. (MACEIÓ, 2021b)

Os óbitos se espacializavam de maneira heterogênea na cidade: no figura 06, é possível verificar que os bairros de Cidade Universitária (186), Jacintinho (177), Tabuleiro dos Martins (158), Jatiúca (131), Ponta Verde (118), Benedito Bentes (114), Clima Bom (99) e Vergel do Lago (88) apresentavam o maior número de mortes. Dentre esses bairros, apenas Jatiúca e Ponta Verde possuíam alto IDHM e baixo IVS, além de englobar uma população majoritariamente branca. (IBGE, 2012; IPEA, 2015, MACEIÓ, 2021b)

Em um primeiro momento, tal fato pode ser explicado pela maior prevalência da doença nas classes sociais mais altas. Assim como em outras cidades brasileiras, em Maceió, o primeiro caso notificado do SARS-CoV-2 foi de um homem que havia retornado de uma viagem ao exterior (MACEIÓ, 2021b). Assim, inicialmente, no Brasil, a disseminação da doença se concentrou entre pessoas de renda mais elevada. (COSTA, 2020, p.9)

Além disso, a elevada incidência da doença nos bairros de Ponta Verde e Jatiúca pode ser explicada por serem unidades muito populosas (figura 02) e que constituem importantes centros socioeconômicos: apresentam uma concentração de infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos, além de oportunidades de trabalho e lazer. (IBGE, 2012; JAPIASSÚ, 2015, p.111)

Essa realidade é evidenciada no nono documento técnico de implementação do Metrô Leve de Maceió (CORSÓRCIO MLM, 2015, p.80), que mostra a predominância de atração de viagens nos bairros de Ponta Verde e Jatiúca (70.000 a 80.000 viagens são feitas por dia para estas localidades), devido às oportunidades laborais e de lazer. A pesquisa ainda destaca a hegemonia de empregos existentes nesses territórios (cerca de 18.200 a 20.800), acompanhados pela região do bairro do Centro. Logo, a presença expressiva de residentes de outras áreas da cidade, que não puderam trabalhar de forma remota, pode ter aumentado significativamente o risco de contágio e, por consequência, de óbitos do contingente populacional presente nesses territórios. (CORSÓRCIO MLM, 2015, p. 76; 80)

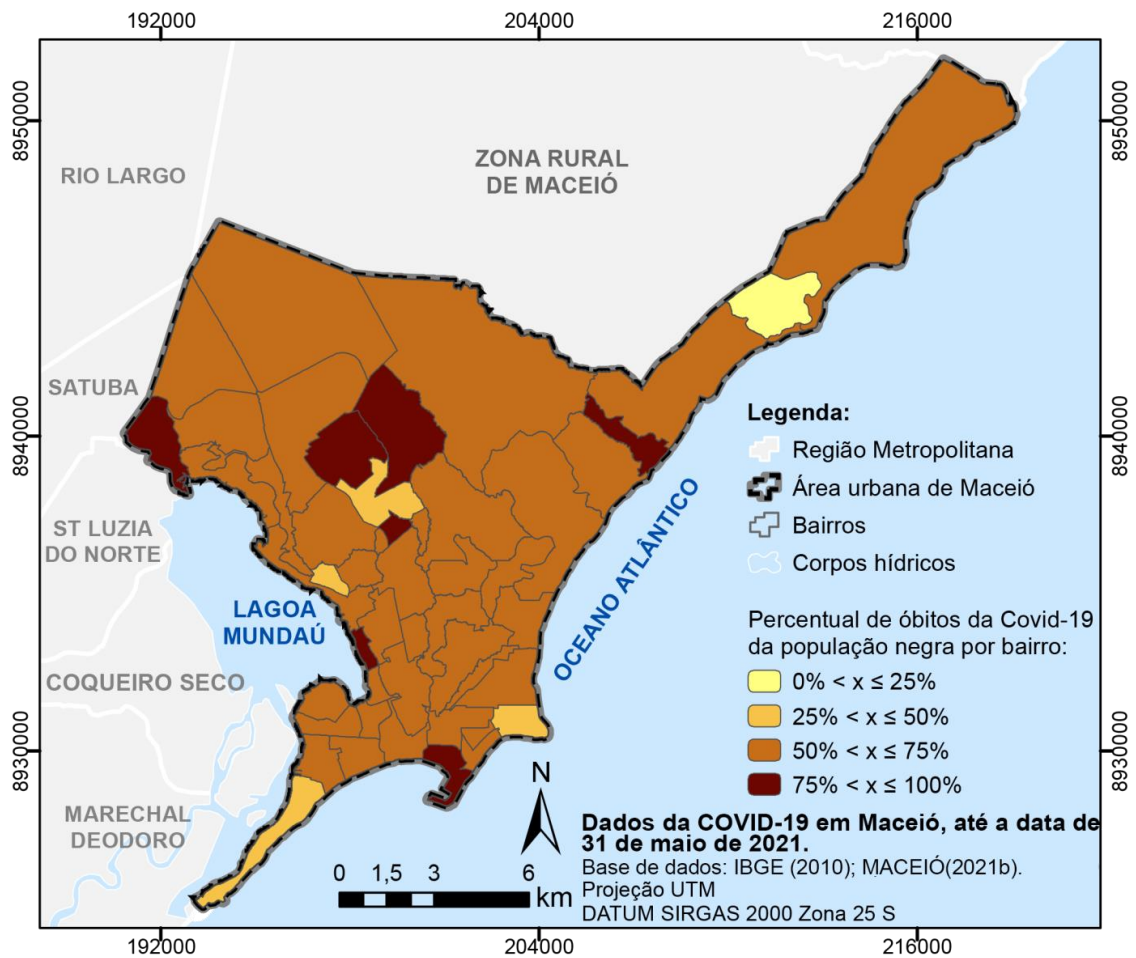
Já o expressivo número de óbitos nos bairros de Benedito Bentes, Jacintinho, Tabuleiro dos Martins, Cidade Universitária, Clima Bom e Vergel do Lago pode ser explicado por serem bairros populosos (IBGE, 2012), alguns muito povoados (Jacintinho e Vergel do Lago, IBGE, 2012) e com alta quantidade produzida de viagens de trabalho e lazer (especialmente dos bairros de Benedito Bentes, Vergel do Lago, Tabuleiro dos Martins e Jacintinho) e significativa atração de deslocamentos (CORSÓRCIO MLM, 2015, p. 79-80). Além disso, são territórios com alto IVS e baixo IDHM e que englobam grandes conjuntos de assentamentos precários, cuja letalidade da COVID-19 pode estar associada à precariedade de acesso às infraestruturas e serviços básicos. (IPEA, 2015; ONU-HABITAT, 2021)

A relação entre a letalidade da COVID-19 e a precariedade das condições existentes no meio urbano é enfatizada na figura 07. Levada (5.63%), Ponta da Terra (5.08%), Fernão Velho (4,89), Benedito Bentes (4.71%), Bebedouro (4.71%), Vergel do Lago (4.67%), Chã da Jaqueira (4.58%), Rio novo (4.57%), Ipióca (4.4%) e Pitanguinha (4.37%) foram os bairros que apresentaram as piores taxas de letalidade (MACEIÓ, 2021b): todos com alto IVS, baixo IDHM e contendo a presença de um contingente populacional majoritariamente negro; exceto pelo bairro da Pitanguinha. Além disso, o bairro da levada possui uma grande densidade demográfica. (IBGE, 2012; IPEA, 2015)

Na análise racial das mortes da COVID-19, até 31 de maio de 2021, a proporção de óbitos de negros em todo o território maceioense mostra-se absoluta: afrodescendentes totalizam um percentual de óbitos de 65.31%, contrastando com menores porcentagens entre brancos (12,28%) e amarelos (6,49%). Nenhuma pessoa morreu do grupo dos indígenas, tendo apenas dois contaminados nas notificações da Secretaria Municipal de Saúde. (MACEIÓ, 2021b)

Contudo, esses valores podem variar, visto que, 16.6% das ocorrências não continham a informação racial do falecido. Além disso, outro dado que merece atenção é alta porcentagem de óbitos de pessoas amarelas causados pela COVID-19. Até o último censo, elas constituíam 1,17% da população maceioense (IBGE, 2012). No entanto, elas representam seis em cada cem mortos pelo SARS-CoV-2 (MACEIÓ, 2021b). Assim, podem ser feitas três deduções: o grupo racial teve grande crescimento nos onze anos transcorridos; o agrupamento apresenta fatores inerentes ou socioeconômicos que o levam a uma maior letalidade; ou que a declaração de cor/raça está ocorrendo de maneira equivocada.

Na figura 08, é possível perceber a homogeneidade racial no percentual de mortos da COVID-19 em Maceió. Na maioria dos bairros, os negros lideram a porcentagem de óbitos pelo SARS-CoV-2. Os maiores valores são encontrados em Mutange (100%), Garça Torta (100%), Jaraguá (100%), Canaã (86.6%), Rio Novo (85.7%), Santa Lúcia (79.2%) e Antares (78%) (MACEIÓ, 2021b). Destes bairros, apenas Antares não tem a maioria populacional de residentes afrodescendentes – entre 60% a 80% da população (IBGE,2010). Tal fato aponta para a disparidade de aspectos socioeconômicos ou inerentes aos infectados de negros e não negros.

Figura 8 – Percentual de óbitos da COVID-19 da população negra por bairro em Maceió.

Fonte: Autores (2021)

Pescaria, Jardim Petrópolis, Chã de Bebedouro, Ponta Verde e Pontal da Barra tiveram os menores percentuais de mortes de negros da COVID-19. O primeiro não apresentou óbitos de nenhum grupo racial. Já Ponta Verde e Jardim Petrópolis têm as maiores populações brancas cidadinas, mas os afrodescendentes ainda possuem uma porcentagem significativa de óbitos nesses bairros (47% e 43%, respectivamente). Por fim, as pessoas em situação de rua apresentaram um percentual de óbitos de negros de 50%. (MACEIÓ, 2021b)

Dessa forma, a partir dos dados, foi possível verificar a existência de uma inter-relação entre pobreza, negros e vulnerabilidade ao SARS-CoV-2, até o dia 31 de maio de 2021, em Maceió. A maioria dos bairros que apresentavam o maior número de óbitos e a maior taxa de letalidade eram territórios com baixo IDHM, alto IVS, presença de assentamentos precários e onde a maioria absoluta dos residentes eram afrodescendentes. Contudo, o dado mais alarmante é que os negros representavam o grupo com maior percentual de óbitos em quase toda a cidade, compondo, também, uma parcela desproporcional nos bairros de maioria branca.

Tais informações apontam para a necessidade de implementação e efetivação de políticas públicas que promovam a superação das desigualdades sócio-raciais. Para Braga et al. (2020, p.4), mesmo com a existência da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que torna obrigatória a informação do quesito racial nas notificações de saúde, o número de óbitos da COVID-19 subnotificados em relação à raça é muito alto no Brasil. Em Maceió também: 17% (MACEIÓ, 2021b). A sinalização de tal dado é fundamental para a elaboração de indicadores que possibilitem a avaliação e monitoramento de políticas públicas de saúde e de outras áreas socioeconômicas e territoriais inter-relacionadas, cujo público-alvo sejam as minorias raciais. (BRAGA 2020, p.4)

3. Conclusão

O racismo estrutural constitui-se como peça-chave para a compreensão de como as desigualdades sócio-raciais são agravadas a partir da COVID-19, já que a marginalização socioeconômica e a segregação socioespacial da população negra são reproduzidas através de suas múltiplas estruturas discriminatórias. Esse estado de vulnerabilidade é agravado pelos impactos econômicos, socioculturais e políticos da COVID-19, sem mencionar o adoecimento e a trágica perda de vidas humanas.

Através da espacialização das informações socioeconômicas e censitárias e dos dados epidemiológicos do SARS-CoV-2 até o dia 31 de maio de 2021, foi possível constatar que, em Maceió, a mortalidade e a letalidade da doença eram acentuadas em territórios majoritariamente negros, previamente vulneráveis em aspectos socioeconômicos e carentes de infraestruturas e serviços básicos, escancarando as injustiças sócio-raciais vivenciadas pela população afrodescendente.

Ressalva-se que os dados censitários utilizados se encontram defasados, devido ao último censo ter sido realizado em 2010. Contudo, entende-se que tais informações são essenciais para interpretar com maior precisão os impactos causados pela COVID-19 em Maceió-AL. Outro ponto importante é que o estudo não investigou a faixa etária e nem as condições inerentes de saúde dos indivíduos contaminados. Tais enfoques seguem como sugestões de análise para pesquisas futuras, a fim de aprofundar os estudos sobre as desigualdades sócio-raciais e o SARS-CoV-2, a partir das possíveis inter-relações existentes entre raça, letalidade da doença, falta de acesso à saúde e comorbidades.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, B.; MOREIRA, K. L.; LELES, K. L. de O. A Moradia e a Pandemia: habitação no contexto da crise sanitária de COVID-19. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, [s. l.], v. 7, n. 12, p. 20-40, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/11428>. Acesso em: 30 set. 2022.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BLUNDELL, R.; DIAS, M. C.; JOYCE, R.; XU, X. COVID-19 and Inequalities. **FISCAL STUDIES**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 291-319, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1475-5890.12232>. Acesso em: 30 set. 2022.
- BONFIM, C. M. N. Direito à Cidade e Negritude. In: XV ENECULT: encontro de estudos multidisciplinares em cultura, 2019, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2019. p.1-14. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112116.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.
- BRAGA, A.; BARBOSA, K.; TEIXEIRA, L.; RIBEIRO, D. de A.; BARBOSA, J. L.; PAULA, T. de. **Figura Social do Corona: Racismo Estrutural e o impacto da Covid19 no Rio de Janeiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, ago. 2020. 18 p. v. 47. Disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Figura-Social-do-Corona-07.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.
- BROOKS, N. **Vulnerability, risk and adaptation: A conceptual framework**. Norwich: Tyndall Centre for Climate Change Research, set. 2003. 16 p. n. 38. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/200032746_Vulnerability_Risk_and_Adaptation_A_Conceptual_Framework. Acesso em: 6 out. 2021.
- BURSTRÖM, B.; TAO, W. Social determinants of health and inequalities in COVID-19. **European Journal of Public Health**, [s. l.], v. 30, n. 4, p. 617–618, ago. 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/eurpub/article/30/4/617/5868718>. Acesso em: 6 set. 2021.
- CONSÓRCIO MLM. **PRODUTO 9A.3: Caracterização e diagnóstico da área de estudos e resultados das pesquisas**. Maceió/Rio Largo: ESTADO DE ALAGOAS, 2015. 138 p. Disponível em: http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/pdf/2015/10/VLT-P9-A3-PLANO-DE-MOBILIDADE-26_09_2014.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.
- COSTA, M. A.; LUI, L.; DOS SANTOS, R. M.; CURI, R. L. C.; DE ALBUQUERQUE, C. G.; TAVARES, S. R.; KRAUSE, C. **Apontamentos sobre a dimensão territorial da pandemia da COVID-19 e os fatores que contribuem para aumentar a vulnerabilidade socioespacial nas unidades de desenvolvimento humano de áreas metropolitanas brasileiras**. IPEA, abr. 2020. 66 p. v. 15. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9985>. Acesso em: 30 set. 2021.
- DATASUS. **Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos**. DATASUS, 2018a. Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/>. Acesso em: 6 out. 2021.
- DATASUS. **Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10**. DATASUS, 2018b. Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/dantps/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/cid10/>. Acesso em: 6 out. 2021.
- IBGE. **Censo Demografico_2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>. Acesso em: 6 ago. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico: Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade.** IBGE, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: 6 ago. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/10070/64506?ano=2018>. Acesso em: 6 out. 2021.

IBGE. **Malha Municipal: AL_Unidade Federativa.** IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads>. Acesso em: 1 set. 2021.

IPEA. **Base de dados e Shapefile: Base e .Shp RM Maceió.** IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/shapes_e_base_RMs/RM_Maceio.zip. Acesso em: 1 set. 2021.

IPEA. **Atlas da Violência: Estatísticas.** IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series>. Acesso em: 6 out. 2022.

JAPIASSÚ, L. A. T. **Expansão urbana de Maceió, Alagoas: caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do Plano de Desenvolvimento - de 1980 a 2000.** 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

KIM, S. J.; BOSTWICK, W. Social Vulnerability and Racial Inequality in COVID-19 Deaths in Chicago. **Health Education & Behavior**, [s. l.], v. 47, n. 4, p. 509–513, 21 maio 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32436405/>. Acesso em: 6 out. 2021.

MACEIÓ (Prefeitura). Secretaria Municipal de Saúde. **Informe Epidemiológico COVID-19, N° 247/2021, 25 de maio de 2021**, Maceió: Secretaria Municipal de Saúde, n. 247, p. 1-5, 25 maio 2021a. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/pdf/2021/05/Boletim-COVID-19-n.%C2%BA-247-de-25-de-maio-de-2021-SE-20.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

MACEIÓ (Prefeitura). Secretaria Municipal de Saúde. **Dados secundários da COVID-19 em Maceió.** Maceió: Secretaria Municipal de Saúde, 1 jul. 2021b.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência.** São Paulo: Huitec, 1996. 116 p.

MBEMBE, A. Ensaio: Necropolítica. **Arte&Ensaio**, n. 32, Rio de Janeiro: revista PPGAV/EBA – UFRJ, 2016, p. 122 – 151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 30 set. 2022.

MELO, T. S. **A localização dos pobres nas cidades brasileiras: um estudo sobre a situação dos assentamentos humanos às margens da Lagoa Mundaú em Maceió, Alagoas.** 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

MILLET, G. A.; JONES, A. T.; BENKESER, D.; BARAL, S.; MERCER, L.; BEYRER, C.; HONERMANN, B.; LANKIEWICZ, E.; MENA, L.; CROWLEY, J. S.; SHERWOOD, J.; SULLIVAN, P. S. Assessing differential impacts of COVID-19 on black communities. **Annals of Epidemiology**, [s. l.], v. 47, p. 37-44, jul. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1047279720301769?via%3Dihub>. Acesso em: 6 out. 2021.

ONU-HABITAT. **Relatório contendo conjunto de dados atualizados sobre grotas: Perfil Socioeconômico das Grotas de Maceió.** Alagoas em Dados e Informações, jun. 2019a. 59 p. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/aef5ceab-996e-42ad-8b07-35bf38e6bf9a/resource/2d518dcd-e4b6-4699-8ebc-073b09a99376/download/perfilsocioeconomicosdosmoradoresdasgrotasfinal4.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

ONU-HABITAT. **Grotas identificadas em Maceió.** Alagoas em Dados e Informações, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/apresentacao-do-figura-rapido-participativo-mrp-das-grotas-de-maceio-al>. Acesso em: 1 set. 2021.

PAULA, A. B. de. Territórios desiguais – racismo e o acesso à cidade. (SYN)THESIS, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 64-82, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/46031>. Acesso em: 6 out. 2021.

PAULA, M. A. de. **Análise Interseccional da Vida Urbana: Reflexões acerca da condição das Mulheres Negras na cidade de Maceió-AL.** 2019. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFAL). Maceió, 2019.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **A COVID-19 e as desigualdades: O que os dados nos contam após um ano de pandemia.** São Paulo: Rede Nossa São Paulo, set. 2021. 22 p. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Figura-da-Desigualdade-Especial-Covid-2021.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus.** São Paulo: Boitempo, 2020.

TINEU, R.; BORGES, C. M. de M. Desigualdade e segregação socioespacial da população negra na cidade de São Paulo. **Revista Belas Artes**, [s. l.], n. 22, p. 1-22, jan. 2017. Disponível em: <https://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/22/desigualdade-e-segregacao-socioespacial-da-populacao-negra-na-cidade-de-sao-paulo.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

WHO (World Health Organization). **Archived: WHO Timeline - COVID-19.** WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/detail/27-04-2020-who-timeline---covid-19>. Acesso em: 1 set. 2021.